c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar.

d) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

10 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, e sejam titulares de categoria e não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal deste Agrupamento.

11 — Forma de candidatura: As candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, mediante preenchimento em formulário próprio, disponibilizado em www.bep.gov.pt ou ainda nos serviços de administração escolar do agrupamento. As candidaturas podem ser enviadas por correio registado, dirigido à Ex.^{ma} Senhora Presidente do Concurso do Agrupamento de Escolas de Tondela Cândido Figueiredo, sito na Rua António Quadros, n.º 9, 3460-521 Tondela, por e-mail para o endereço secretaria@aetcf.pt ou para o fax 232819051 no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação no *Diário da República*.

12 — Considerando a urgência do recrutamento, por motivos de início do ano letivo de 2017-2018, o método de seleção será por Avaliação Curricular (AC).

13 — A candidatura deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, de fotocópia dos seguintes documentos:

Declarações da experiência profissional;
Certificado de habilitações literárias;
Certificados comprovativos de formação profissional.
Curriculum Vitae atualizado e devidamente assinado.

14 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

15 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que se descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

16 — Métodos de seleção: Avaliação Curricular (AC), valorada nos termos do previsto no artigo 18.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro.

a) Avaliação Curricular (AC) que se traduzirá na seguinte fórmula:

$$AC = (HL + FP + EP)/3$$

em que:

HL — Habilitações literárias;
FP — Formação Profissional;
EP — Experiência Profissional em funções iguais ou similares.

17 — Composição do Júri:

Presidente: Maria Fernanda Ferreira Gomes Teixeira de Matos.
Vogal efetivo: Ana Paula de Aragão Borges Aresta.
Vogal Suplente: Maria da Conceição de São João Cruz Café.

18 — A lista de graduação final dos candidatos será afixada no átrio da escola sede do Agrupamento de Escolas de Tondela Cândido de Figueiredo.

19 — Prazo de reclamação: 48 horas após a afixação da lista de graduação final dos candidatos.

20 — Este concurso é válido para eventuais contratações que ocorram durante o ano escolar de 2017-2018. Das candidaturas admitidas ao presente procedimento concursal elaborar-se-á uma bolsa de recrutamento para os procedimentos concursais semelhantes no conteúdo e na forma a ocorrer no ano letivo de 2017-2018.

21 — Este aviso é publicitado num jornal de expansão nacional.

21 de setembro de 2017. — A Diretora, *Maria Helena Bernardo Gonçalves*.

310795854

Agrupamento de Escolas da Zona Urbana da Figueira da Foz

Aviso n.º 11490/2017

Em cumprimento do determinado no artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que se encontra afixada junto à entrada principal da Sede deste Agrupamento, a lista de ordenação final referente ao concurso para admissão de 7 assistentes operacionais, a que se refere o Aviso n.º 10117/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 169, de 01/09/2017. Foi igualmente publicitado na página eletrónica do Agrupamento.

20 de setembro de 2017. — O Diretor, *José Manuel Pinto Castanho*.
310794428

EDUCAÇÃO E TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Gabinetes dos Ministros da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Despacho n.º 8595/2017

No desenvolvimento da Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro, e das regras constantes do Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho, bem como dos princípios consignados no Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, foi acordado, através da celebração de um protocolo de cooperação outorgado em 7 de maio de 1998, entre o Governo, a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas, o processo de envolvimento dos estabelecimentos de educação pré-escolar das instituições particulares de solidariedade social no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

A partir do ano letivo de 2000-2001, tendo como base de entendimento o mencionado protocolo de cooperação e em cumprimento do mesmo, foi sendo mantido um diálogo com os representantes das instituições sociais no âmbito do Pré-escolar. Entre os anos letivos de 2000-2001 e 2008-2009 procederam-se a atualizações do apoio financeiro assegurado pelo Estado.

Considerando que o Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário — Protocolo para o biénio 2017-2018 determina que se proceda no ano de 2017 à atualização do apoio financeiro atribuído pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social nas componentes educativa e de apoio à família, mediante a aplicação aos preços pagos em 2016 do coeficiente resultante da variação média do índice de preço no consumidor, correspondente aos 12 meses de 2016, importa assim fixar os valores relativos ao apoio financeiro a assegurar para o ano de letivo de 2017-2018.

Nestes termos, os Ministérios da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social determinam, para os valores a que se referem os despachos n.ºs 13501/2009, de 27 de maio, e 13502/2009, de 27 de maio, ambos publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 111, de 9 de junho de 2009, o seguinte:

1 — No ano letivo de 2017-2018, o apoio financeiro previsto no n.º 2.2 da cláusula IV do Protocolo de cooperação, é atualizado em 0,6 %, e passa a ser o seguinte:

1.1 — Componente educativa — € 111,92/criança/mês;
1.2 — Componente socioeducativa — € 63,31/criança/mês.

2 — A atualização a que se refere o número anterior aplica-se ao valor de apoio financeiro de € 111,25 relativo à componente educativa e de € 62,93 relativo à componente socioeducativa praticado entre janeiro de 2011 e o final do ano letivo de 2016-2017.

3 — A remuneração mensal média dos educadores de infância a partir da qual as instituições passam a receber compensação, na sequência do definido nos acordos anuais será, no ano letivo de 2017-2018, de € 1154,70.

4 — A remuneração mensal média dos educadores de infância tem como limite o topo da tabela salarial aplicada na instituição.

5 — O valor a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento do Fundo de Compensação Sócio-Económica, aprovado pelo despacho conjunto n.º 413/99, de 16 de março, é fixado no ano letivo de 2017-2018, a partir de 1 setembro de 2017, em € 49,68.

20 de setembro de 2017. — O Ministro da Educação, *Tiago Brandão Rodrigues*. — 19 de setembro de 2017. — O Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.
310796689

EDUCAÇÃO E AUTARQUIAS LOCAIS

Gabinete do Ministro da Educação e Município da Mealhada

Acordo n.º 53/2017

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de dezembro, publica-se o «Acordo de Colaboração para a Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Secundária de Mealhada» celebrado entre o Ministério da Educação e o Município de Mealhada, que foi ratificado pela Câmara Municipal de Mealhada na sua reunião de 3 de outubro de 2016.

Acordo de Colaboração para a Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Secundária de Mealhada

O Estado, através do Ministério da Educação, neste ato representado por S. Ex. o Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues; e,

O Município de Mealhada, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Rui Manuel Leal Marquieiro;

Celebram entre si o presente Acordo de Colaboração com base no disposto no artigo 17.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 157/90, de 17 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 319/2001, de 10 de dezembro, que estabelece o Regime de Celebração de Contratos-Programa, bem como das disposições conjugadas da Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2016, de 17 de agosto, e do Despacho n.º 10805/2016, de 2 de setembro; e, para os efeitos previstos no artigo 12.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e no artigo 39.º, n.º 2, da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, alterada pela Portaria n.º 181-A/2015, de 19 de junho, pela Portaria n.º 190-A/2015, de 26 de junho, e pela Portaria n.º 148/2016, de 23 de maio, que aprovou o Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano, nos seguintes termos:

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Acordo de Colaboração define as condições de transferência para o Município das atribuições a que se refere o artigo 39.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, designadamente a elegibilidade, enquanto entidade beneficiária, para intervenções de requalificação e modernização das instalações da Escola Secundária de Mealhada, doravante designada Escola, a executar no âmbito do Programa Operacional Regional CENTRO 2020.

Cláusula 2.ª

Competências do Ministério da Educação

Ao Ministério da Educação compete:

a) Apoiar, através da Direção de Serviços da Região Centro da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, a solicitação da Câmara Municipal de Mealhada, na definição do programa de intervenção de requalificação e modernização das instalações da Escola;

b) Dar parecer tempestivo sobre os projetos de arquitetura e de especialidades para a requalificação e modernização das instalações da Escola;

c) Apoiar os órgãos de gestão do Agrupamento de Escolas de Mealhada no desenvolvimento regular das atividades letivas;

d) Transferir para o Município de Mealhada o montante de € 61.764,72 (sessenta e um mil, setecentos e sessenta e quatro euros e setenta e dois cêntimos) para pagamento de metade do valor da contrapartida pública nacional da empreitada de ampliação e modernização da Escola, nos seguintes termos:

i) No ano económico de 2017, o montante de € 30.882,36 (trinta mil, oitocentos e oitenta e dois euros e trinta e seis cêntimos);

ii) No ano económico de 2018, o montante de € 30.882,36 (trinta mil, oitocentos e oitenta e dois euros e trinta e seis cêntimos);

e) Sem prejuízo do disposto no número anterior, transita para o ano económico subsequente o montante que eventualmente não seja transferido devido a atrasos na execução da empreitada.

Cláusula 3.ª

Competências da Câmara Municipal de Mealhada

À Câmara Municipal de Mealhada compete:

a) Assegurar a elaboração dos projetos de arquitetura e das especialidades para a ampliação e modernização do edifício e dos arranjos exteriores incluídos no perímetro da Escola;

b) Solicitar tempestivamente os pareceres dos serviços do Ministério da Educação previstos no Aviso para Apresentação de Candidaturas respetivo;

c) Obter todos os pareceres legalmente exigíveis;

d) Assumir o encargo com comparticipação pública nacional da empreitada de requalificação e modernização das instalações da Escola, no montante que exceda o valor previsto na alínea d) da cláusula 2.ª, resultante do valor de adjudicação, de eventuais custos adicionais e de revisão de preços;

e) Assegurar a posição de dono da obra, lançando os procedimentos de acordo com os projetos aprovados pelos Serviços do Ministério

da Educação, adjudicar as obras nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, bem como garantir a fiscalização e a coordenação da empreitada;

f) Garantir o financiamento da empreitada e o pagamento ao adjudicatário, através de dotações orçamentais inscritas, aprovadas e visadas nos termos legais.

Cláusula 4.ª

Despesas com as obras de modernização da Escola

1 — O custo da empreitada de modernização da Escola é estimado em € 823.529,43 (oitocentos e vinte e três mil, quinhentos e vinte e nove euros e quarenta e três cêntimos).

2 — O Ministério da Educação pagará ao Município de Mealhada, por conta da boa execução da empreitada, o montante de € 61.764,72 (sessenta e um mil, setecentos e sessenta e quatro euros e setenta e dois cêntimos), correspondente a 7,5 % do custo estimado da empreitada e a metade da contrapartida pública nacional, previsto na alínea d) da cláusula 2.ª, através da dotação orçamental do Plano de Investimentos do Ministério da Educação.

3 — O Município de Mealhada suporta o montante remanescente da contrapartida pública nacional, estimado em € 61.764,71 (sessenta e um mil, setecentos e sessenta e quatro euros e setenta e uns cêntimos), correspondente a 7,5 % do custo estimado da empreitada e a metade da contrapartida pública nacional, através das rubricas orçamentais respetivas.

4 — Para efeitos do disposto na alínea b), o Município de Mealhada envia ao Ministério da Educação os autos de medição da empreitada, devidamente aprovados, dispendo este do prazo de 30 dias para proceder ao respetivo pagamento até ao limite do montante previsto para cada ano na alínea d) da cláusula 2.ª

5 — Os restantes 85 %, no valor máximo de € 700.000,00 (setecentos mil euros) são suportados por verbas advindas do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, no âmbito do Programa Operacional Regional CENTRO 2020.

Cláusula 5.ª

Acompanhamento, controlo e incumprimento na execução do Acordo

1 — Com a assinatura deste Acordo é constituída uma comissão de acompanhamento composta por um representante do Ministério, da Educação, designado pela Direção de Serviços da Região Centro da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, um representante da Câmara Municipal, por esta designado, e pelo Diretor do Agrupamento de Escolas de Mealhada.

2 — A comissão referida no número anterior cabe coordenar a execução da empreitada com o desenvolvimento regular das atividades letivas.

3 — O presente Acordo pode ser revogado, a todo o tempo, por acordo entre as partes outorgantes.

4 — Ambas as partes têm os deveres e direitos de consulta e informação recíprocos, bem como de pronúncia sobre o eventual incumprimento do Acordo.

5 — O incumprimento por qualquer das partes outorgantes das obrigações constantes no presente Acordo confere, à parte não faltosa, o direito à resolução do mesmo.

6 — Sem prejuízo do estipulado nos números anteriores, o incumprimento pela Câmara Municipal de Mealhada das responsabilidades constantes da Cláusula 3.ª, determina a resolução do presente Acordo, não podendo esta exigir, seja a que título for, compensação ou indemnização a pagar pelo Ministério da Educação por encargos em que tenha incorrido para a sua execução.

Cláusula 6.ª

Prazo de vigência

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigora até à receção da empreitada.

O presente Acordo de Colaboração é celebrado em dois exemplares originais ficando um na posse do Ministério da Educação e outro na posse da Câmara Municipal de Mealhada.

5 de setembro de 2017. — O Ministro da Educação, *Tiago Brandão Rodrigues*. — O Presidente da Câmara Municipal de Mealhada, *Rui Manuel Leal Marquieiro*.